

Dia da **Terra**

o papel da **cooperação internacional**
para a Amazônia







Dia da **Terra**

**o papel da
cooperação internacional
para a Amazônia**

2021
Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

FICHA TÉCNICA

Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Virgilio Viana - Superintendente Geral

Valcléia Solidade - Superintendente de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades

Victor Salviati - Superintendente de Inovação e Desenvolvimento Institucional

Luiz Villares - Superintendente Administrativo-Financeiro

Michelle Costa - Superintendente de Gestão e Planejamento

Dia da Terra: o papel da cooperação internacional para a Amazônia

Edição: Alessandra Marimon

Projeto gráfico e diagramação: João Bosco Leite

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dia da terra [livro eletrônico] : o papel da cooperação internacional para a Amazônia / [Fundação Amazônia Sustentável]. -- Manaus, AM : Fundação Amazonas Sustentável, 2021.

PDF

ISBN 978-65-89242-38-3

1. Amazônia - Aspectos ambientais
2. Biodiversidade 3. Ecologia 4. Meio ambiente
5. Sustentabilidade ambiental

21-75986

CDD-304.209811

Índices para catálogo sistemático:

1. Amazônia : Meio ambiente : Preservação : Ecologia
304.209811

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

APRESENTAÇÃO

O Dia da Terra, celebrado mundialmente em 22 de abril, foi instituído pelas Nações Unidas para conscientizar a sociedade sobre a importância de conservarmos o planeta e o meio ambiente. A Fundação Amazônia Sustentável (FAS) aproveitou o simbolismo da data para transmitir um evento [online e gratuito](#), promovendo discussões com importantes atores acerca do papel da cooperação internacional para a Amazônia.

Em meio aos maiores desafios socioambientais enfrentados na atualidade, como o combate ao desmatamento e às mudanças climáticas globais - e mais recentemente a crise sanitária assolada pela pandemia de Covid-19 -, o evento somou forças para unir setores-chaves relacionados à política, diplomacia e economia mundial. Os atores debateram temas relacionados e, ao mesmo tempo, aproveitaram o momento para homenagear essa data simbólica e importante.

Desde o seu início em 1970, o Dia da Terra continua focado em promover um habitat saudável e sustentável para as pessoas e também para a vida selvagem. Dessa forma, o webinar se aprofundou em discussões sobre as formas com que instituições e atores têm promovido ou podem promover iniciativas nacionais e internacionais coordenadas, rumo a um objetivo em comum: o desenvolvimento sustentável que mantenha a maior floresta tropical do mundo em pé e proteja o clima do planeta.

EVENTO

Webinar - 1ª sessão: Cooperação internacional para a Amazônia
Transmissão: Canal da FAS no [YouTube](#)

PARTICIPAÇÃO

Adriana Moreira - Global Environment Facility (GEF)
Catherine Hamlin - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID Brasil)
Flávio Dino - Presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal
Gilles Pecassou - Encarregado de Negócios da Embaixada da França

ORGANIZAÇÃO

Fundação Amazônia Sustentável (FAS) e Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (SDSN Amazônia)
Moderação: Virgilio Viana - coordenador da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável Amazônia (SDSN Amazônia) e Superintendente Geral da FAS

ABERTURA

A mediação do evento foi realizada pelo Superintendente Geral e coordenador da SDSN Amazônia, prof. Virgilio Viana, que abriu a sessão enfatizando o fato de que o governo federal brasileiro tem tido problemas sérios relacionados à gestão das ações de controle do desmatamento na Amazônia, resultando em taxas recordes de desmatamento.

Segundo ele, um dos grandes desafios também é fazer com que a cooperação de visão entre os atores da Amazônia torne-se mais fluida. “Por isso, ouvir outros atores que detêm uma responsabilidade e um papel relevante na agenda de combate ao desmatamento pode contribuir para encontrar um caminho acertado e servir de inspiração e motivação para que o governo faça uma metamorfose profunda no que diz respeito às suas ações relacionadas à Amazônia.”

Durante a abertura, Viana apresentou todos os participantes e contextualizou o evento, que fez parte da Rede SDSN Amazônia, rede presidida por ele e que tem como co-presidentes o Prof. Adalberto Val, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), e Emma Torres, vice-presidente das Américas da Rede SDSN Global.

A Rede SDSN Amazônia faz parte da rede global, cujo nome, Sustainable Development Network, ou SDSN, pode ser traduzido para “Rede de Desenvolvimento Sustentável”. Viana lembra que, atualmente, a Rede SDSN Amazônia congrega 183 instituições, sendo 21 da sociedade civil, duas organizações governamentais, 64 organizações não governamentais, 86 instituições de pesquisa, nove organizações multilaterais e uma empresa.



“A pergunta que queremos responder é: o que esses outros atores estão fazendo, o que podem fazer e como podem fazer melhor, não só individualmente, mas também colaborando entre si? Esses diferentes atores têm um grande potencial de sinergia nas suas ações, com um conjunto de perspectivas extremamente relevantes”

Virgilio Viana, Superintendente Geral da FAS

DISCUSSÕES

Adriana Moreira (GEF)

Após a apresentação realizada pelo Prof. Virgilio Viana, a representante e especialista sênior em biodiversidade do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility, ou GEF, na sigla em inglês), Adriana Moreira, iniciou a discussão destacando a importância da Cúpula de Líderes sobre o Clima, liderada pelo presidente estadunidense Joe Biden, e da Floresta Amazônica para o enfrentamento da crise global das mudanças climáticas.

Além de expor o papel da Amazônia na manutenção de serviços ambientais e na garantia do equilíbrio climático, questões fundamentais para a economia brasileira, Moreira também enfatizou a diversidade cultural amazônica. “São nove estados, com cerca de 23 milhões de habitantes, 350 mil em populações indígenas e mais de 200 línguas registradas, além do português”.

Tais fatores, segundo ela, contribuíram para a constante atuação do GEF ao apoiar, nos últimos 25 anos, projetos emblemáticos na região. O início de tudo se deu por meio do Probio - em inglês, National Biodiversity Project -, nos anos 90, “que estruturou a área de biodiversidade no âmbito do governo federal e organizou a informação para a definição de áreas prioritárias para conservação de toda a região”.

Em 2002, o apoio do GEF voltou-se para o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo. Atualmente, o ARPA financia diretamente 119 unidades de conservação (UCs), sendo 62 unidades de uso sustentável e 57 de proteção integral, abrangendo uma área de mais de 61 milhões de hectares.



“O Brasil sabe reduzir o desmatamento sem prejuízo das atividades econômicas, mas precisamos manter e fortalecer essas políticas bem sucedidas para continuar conservando, produzindo e crescendo”

Adriana Moreira (GEF)



“O ARPA trouxe várias inovações, foi um dos primeiros programas ambientais a trabalhar em nível sub-nacional, apoiando as áreas protegidas estaduais dos nove estados amazônicos. O programa instituiu um arranjo operacional inovador, através de uma parceria público-privada, onde os recursos de doação são internalizados via Funbio. As inovações desenvolvidas pelo ARPA serviram de modelo para projetos e programas semelhantes em vários outros países, como Colômbia, Peru, México, Moçambique e Butão”.

A representante do GEF afirma que, em 2018, o Fundo lançou o Programa Paisagens Sustentáveis da Amazônia, ou ASL na sigla em inglês, que abrange projetos em sete países da Bacia Amazônica e promove ações conjuntas e colaborativas, em nível nacional e regional. “O Programa tem como objetivo a proteção da biodiversidade e a integridade dos serviços ecossistêmicos da região amazônica e foca suas ações em quatro pilares:

- (a) Paisagens Protegidas Integradas: busca proteger uma área representativa da Amazônia de forma eficaz e sob diversos regimes de gestão (unidades de conservação, terras indígenas, sítios Ramsar, reservas da biosfera, corredores);
- (b) Paisagens Produtivas Integradas: são desenvolvidas atividades de apoio a cadeias de valor selecionadas para que as terras agrícolas, as florestas degradadas e os sistemas de água doce sejam geridos de maneira sustentável, restaurados, protegidos e com tolerância zero para atividades ilegais;
- (c) Políticas e incentivos para a construção de paisagens protegidas e produtivas, apoiando estratégias nacionais e subnacionais de desenvolvimento sustentável que reduzam o desmatamento e a perda de serviços ecossistêmicos; e
- (d) Capacitação e colaboração regional para que sejam melhoradas as capacidades locais e a cooperação regional entre os atores”.

Atualmente, o Fundo inicia discussões para o seu oitavo ciclo de financiamentos, o GEF-8, buscando capitalizar avanços e conquistas em um contexto de crise econômica e sanitária provocada pela pandemia de Covid-19. “Entendemos esta pandemia como um importante alerta para o fato de que o mundo estava no caminho errado, com o conflito entre a natureza e os sistemas econômicos, causando um surto zoonótico global”.

Para a especialista sênior em biodiversidade, o impacto da pandemia na sociedade influenciará diretamente na transformação das economias na próxima década. “O foco deste novo ciclo do GEF será na promoção de uma recuperação verde e resiliente, buscando criar caminhos para um mundo mais equitativo, positivo para a natureza e neutro em carbono. Além de proteger e restaurar a saúde do planeta, a questão do desenvolvimento sustentável da Amazônia é um dos aspectos centrais”.

Ao fechar o seu discurso, Adriana Moreira enfatiza: “Proteger a Amazônia é assegurar o crescimento econômico do Brasil, garantindo a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da produtividade, combatendo crimes, protegendo o patrimônio de todos os brasileiros e abrindo novos mercados para nossos produtos. O Brasil já demonstrou que sabe reduzir o desmatamento sem prejuízo das atividades econômicas, mas precisamos manter e fortalecer essas políticas bem sucedidas para continuar conservando, produzindo e crescendo.”

Catherine Hamlin (USAID Brasil)

Na sequência, a segunda convidada para compartilhar experiências relacionadas à cooperação internacional para a Amazônia foi a diretora do Programa de Meio Ambiente da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID Brasil), Catherine Hamlin. Ela lembrou a longa trajetória de parceria e cooperação voltadas para o desenvolvimento e compartilhada pelos Estados Unidos e Brasil.

“Os Estados Unidos e o Brasil já estão, há anos, evoluídos em discussões sobre mudanças climáticas e, neste ano, isso assumiu maior importância com o foco do governo Biden no combate à essa crise”. À medida em que os dois países se preparam para a COP-26, que será realizada em Glasgow no mês de novembro, o senso de urgência para um compromisso concreto sobre o tema aumenta ainda mais, segundo Hamlin.

Ao contextualizar a presença da USAID no Brasil, apoiando o país desde 1961, Catherine Hamlin explica também que há mais de 30 anos a agência tem focado suas ações na área ambiental. Além disso, desde 2014 a USAID tem uma parceria com o Brasil para ações de conservação da biodiversidade na Amazônia, destinando um orçamento anual de, aproximadamente, US\$ 15 milhões. O objetivo da parceria, segundo ela, é promover modelos sustentáveis para um crescimento econômico que mantenha a floresta em pé e apoie o bem-estar das populações locais.

No Brasil, os programas da USAID apoiam diversas iniciativas na região amazônica, tais como: manejo de áreas protegidas, incluindo mitigação e prevenção de incêndios florestais; fortalecimento da gestão territorial/ambiental; desenvolvimento de cadeias de valor sustentáveis, com destaque para açaí, pirarucu, castanha e óleos essenciais; e também apoia o desenvolvimento socioeconômico de povos e comunidades da floresta.



“A perda da Floresta Amazônia implica também em perdas econômicas para o Brasil e o mundo”

Catherine Hamlin (USAID Brasil)

Além disso, Hamlin explica que outro componente básico é a cooperação e o desenvolvimento de iniciativas com o setor privado, a exemplo da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA). “Reconhecemos que a capacidade do setor privado é trazer soluções inovadoras e tecnologias, bem como contribuir com recursos financeiros para a sustentabilidade. E a PPA é uma plataforma de ação coletiva liderada pelo setor privado, com mais de 40 membros, e que busca soluções para o desenvolvimento sustentável e a conservação da Amazônia”.

A criação do Fundo de Biodiversidade (Amazon Biodiversity Fund - ABF), um fundo de investimentos de impacto pertencente à Mirova Natural Capital, também foi possível graças à colaboração da USAID, que ajudou a estruturá-lo. De acordo com a diretora, “o fundo busca captar US\$ 65 milhões em capital privado para investir em negócios sustentáveis que conservem a biodiversidade”. Ela enfatizou que o ABF também investe em pequenos negócios, como a empresa Manioca, de Belém (PA), criada por Joana Martins para “levar os sabores da Amazônia para o mundo”.

“A empresa vende geleias, farinha, tucupi e molhos feitos com produtos da floresta, como mandioca, açaí e cupuaçu, e a produção vem de agricultores familiares e comunidades tradicionais. A empresa participou do programa Aceleração, da PPA, e recebeu investimentos também neste ano. Com esse apoio, a empresa conseguiu se manter durante a pandemia e até obter um crescimento”. No ano passado, a USAID alavancou mais de US\$ 13 milhões em dinheiro privado, possibilitando parcerias como a da Manioca.

Ao reconhecer a singularidade da Amazônia, com sua biodiversidade excepcional e seus inúmeros serviços ambientais, Catherine afirma que a USAID preocupa-se com a Amazônia também sob uma perspectiva de economia global. “O relatório de risco global de 2020, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, elegeu que a perda da biodiversidade é um dos cinco principais fatores de risco para a estabilidade global, política e econômica nos próximos 10 anos. E a perda da Floresta Amazônia implica também em perdas econômicas para o Brasil e o mundo”.

Catherine Hamlin conclui sua fala afirmando que a USAID concorda com o fato de que a Amazônia, apesar de ser de interesse global, pertence aos brasileiros. “No âmbito do diálogo entre nossos países para ações sobre clima e carbono, a USAID está pronta para fazer parcerias com o setor privado, com o governo brasileiro e outros atores que reconhecem que o desenvolvimento sustentável da Amazônia é de interesse de todos e que precisamos trabalhar juntos para alcançá-lo”.

Gilles Pecassou (Embaixada da França)

O encarregado de negócios da Embaixada da França, Gilles Pecassou, foi o terceiro convidado a discursar no evento. Após introduzir a importância da participação da França na Cúpula de Líderes, ele fez um alerta sobre a relação entre as crises sanitária e ambiental, em concordância com o discurso de Adriana Moreira, do GEF.

“Falar sobre meio ambiente pode parecer secundário agora mas, na verdade, a crise sanitária que estamos vivendo nos lembra que a saúde do planeta e a saúde humana andam de mãos dadas. O aparecimento de zoonoses, como o coronavírus, é encorajado pela destruição de ecossistemas, e o aquecimento global só agrava essa tendência”.

Apesar do alerta, Pecassou estima que a resiliência humana é um fator que precisa ser levado em conta. “Essa crise sanitária também mostrou a formidável capacidade humana de se organizar, de buscar soluções e formas de solidariedade”. Segundo ele, a França, juntamente com a Alemanha e a União Europeia, propuseram a criação de uma iniciativa internacional para apoiar a pesquisa de tratamentos e vacinas, a fim de torná-los disponíveis gratuitamente, ou a um preço reduzido, a países em desenvolvimento.

“Essa iniciativa criou a chamada Covax Facility, que negociou a compra coletiva de vacinas. O Brasil aderiu à proposta e pôde adquirir vacinas a um terço do custo normal. Essas vacinas estão permitindo a aceleração do ritmo de vacinação no Brasil e a chegada de milhões de doses”. A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi uma figura central para a criação da Covax Facility e, de acordo com Gilles, tem sido essencial para coordenar esforços na luta contra a pandemia.

“Também estamos propondo um novo tratado que visa uma maior cooperação internacional na preparação e resposta a pandemias. Diante de um problema global, a solução só pode ser global, coordenada, solidária e multilateral”, sustenta o representante da Embaixada da França, reforçando um ponto em comum entre as respostas às crises sanitária e ambiental.

“A crise ambiental exige que todos nós trabalhemos juntos. E este ‘nós’ não se limita apenas aos governos nacionais, deve incluir autoridades locais, empresas, ONGs, populações indígenas e todos aqueles que de fato têm um impacto sobre o meio ambiente e são impactados por ele”, afirmou, emendando o exemplo da Amazônica, que considera emblemático também para a França.



"Estou aqui hoje com vocês para reafirmar o desejo da França de trabalhar para superarmos juntos as crises sanitária e ambiental, transformando desafios em oportunidades e preocupações em esperança"

Gilles Pecassou (Embaixada da França)

No contexto da Guiana Francesa - região ultramarina pertencente à França e localizada na América do Sul e que abriga também o bioma amazônico -, Pecassou admitiu a complexidade dos desafios frente ao desenvolvimento sustentável na região. "Compartilhamos 740 km de fronteira com o Brasil na Amazônia. Nossa história moderna, como a de muitos países europeus, é uma história de desenvolvimento insustentável. Mudar o software não é fácil, mas não é impossível, como demonstrou o município de Paragominas no Pará, exemplo de transição bem-sucedida que acompanhamos desde o início".

Para ele, o custo de realizar tal mudança é muito menor do que o custo da inação e, por isso, há um entendimento sobre a necessidade de financiar ações voltadas para as questões ambientais/climáticas. "A França defende uma maior mobilização de financiamento climático para os países em desenvolvimento. Alcançamos e excedemos já no ano passado a nossa meta de mobilizar 5 bilhões de euros de fundos públicos anuais. Participamos da criação, em 2019, de uma Aliança para a preservação das florestas tropicais, que já inclui 23 países e visa buscar soluções para os problemas específicos desses biomas no mundo, incluindo a prevenção de incêndios".

Em relação à participação do governo francês frente ao combate à Covid-19, Gilles Pecassou afirma que a França tem apoiado a Amazônia Legal com ações urgentes para frear a pandemia na região. "Foram mais de R\$ 21 milhões em doações, em grande parte através da Fundação Amazônia Sustentável, cujo trabalho e compromisso eu saúdo, bem como através de uma doação à rede COICA de associações indígenas de todos os países amazônicos. A ação das associações, que complementa a das autoridades públicas, permitiu reforçar a prevenção e o acesso à saúde, a entrega de alimentos e o transporte de pacientes para comunidades que, muitas vezes, estão longe dos grandes centros urbanos".



Em termos de bioeconomia, ele realça o potencial da Amazônia Legal, por meio de riquezas naturais, pesquisas científicas de qualidade, infraestrutura e portos, para se tornar referência mundial no assunto. “Esperamos que as cidades da região possam se tornar vitrines internacionais de cidades inteligentes, as smart cities, e ficamos à disposição para trocar ideias e experiências”.

A crescente demanda global por produtos advindos de cadeias de valor sustentáveis é um fator a mais para ser considerado. Isso ocorre, segundo Pecassou, porque tanto consumidores quanto empresas estão voltando-se para a problemática ambiental. “Inclusive, algumas empresas europeias estão preocupadas com a possibilidade de serem acusadas de contribuir para o desmatamento na Amazônia. O tema do ‘desmatamento importado’, que em breve será objeto de uma lei europeia, não é uma postura política, é uma mudança profunda”.

Para incentivar as empresas francesas e europeias a investir e desenvolver atividades na Amazônia, o encarregado de negócios da Embaixada da França evidencia uma questão imprescindível para o pleno desenvolvimento sustentável: as autoridades políticas deveriam garantir a rastreabilidade dos produtos e estabelecer cadeias de valor cuja sustentabilidade não possa ser posta em questão. Uma das propostas da França é facilitar o estabelecimento de diálogos entre atores públicos e privados, europeus e brasileiros sobre a questão.

“Para nós, o assunto não é ter menos comércio com o Brasil, mas tornar nosso comércio compatível com os nossos desafios ambientais comuns. As numerosas empresas francesas que operam no país, empregando meio milhão de brasileiros, também querem continuar a crescer e ajudar a encontrar soluções. Estou aqui hoje com vocês para reafirmar o desejo da França - que compartilha uma longa história de amizade e cooperação amazônica com o Brasil - de trabalhar para superarmos juntos as crises sanitária e ambiental, transformando desafios em oportunidades e preocupações em esperança”.

Flávio Dino (Consórcio da Amazônia Legal)

Para encerrar a discussão, o evento contou com a presença do presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal - ou Consórcio da Amazônia Legal -, Flávio Dino, que também é governador do Maranhão. Além de contextualizar o papel do consórcio para a região, Dino abriu o debate para se referir sobre a importância de atuar por meio de abordagens políticas, econômicas e diplomáticas fundadas em preceitos colaborativos, cooperativos e no diálogo, visto que produzem melhores resultados para o país, a Amazônia e o mundo.

Segundo ele, premissas como essa impediriam o que chamou de “diplomacia da chantagem”: “Ou seja, cada nação só cumpriria os seus deveres se tivesse proveito econômico imediato, dinheiro na frente, sob pena de se considerar desresponsabilizada pelos seus compromissos anteriormente assumidos. Definitivamente esta não é uma visão consentânea com boas relações entre os países”.

Outro ponto levantado por Flávio Dino, como um alerta às relações exteriores, foi o fato de que os compromissos e obrigações do Brasil não devem se pautar apenas pela visão do mundo sobre o país. “É um elemento relevante, não há dúvida, umas

vez que nós não pudemos usar o discurso da soberania nacional como uma espécie de escudo para prestação de contas de compromissos globais. Porém, à frente do olhar do mundo sobre o Brasil deve estar a compreensão de que cuidar bem da nossa biodiversidade é algo essencial para que brasileiros e brasileiras tenham direitos, segurança climática e melhor qualidade de vida”.

No contexto da Covid-19, a perspectiva dele é a de que a pandemia tem sido especialmente cruel e devastadora nas regiões brasileiras marcadas pelas desigualdades sociais. “É o caso da Amazônia, em que há esse contraste e em que nós temos créditos inúmeros no que se refere à temática ambiental, mas que, por outro lado, temos dívidas imensas no que se referem aos aspectos sociais”.

Em nome dos governadores que compõem o Consórcio da Amazônia Legal, Flávio Dino reitera a necessidade de desenvolver projetos de desenvolvimento sustentável que viabilizem a Amazônia e combatam o desmatamento, atraindo financiamentos colaborativos. “Não vemos a floresta em pé como obstáculo, e sim como ativo, como elemento estratégico de desenvolvimento da nossa região, em que uma visão consentânea com nossos compromissos ambientais é a estrada correta que nos conduz à melhoria dos indicadores sociais na nossa região”.

Segundo ele, essa perspectiva foi sintetizada pelo consórcio por meio de um documento público. “Esse é o nosso Green New Deal, nosso Plano de Recuperação Verde [PRV], em que trabalhamos projetos nos estados em torno de quatro eixos: 1º. freio ao desmatamento ilegal; 2º. produção sustentável; 3º. tecnologia verde e capacitação; e 4º. infraestrutura verde”. Com isso, fica claro que projetos que não se encaixem nos eixos não são considerados uma prioridade para os membros do consórcio.

“Nós estamos contrastando premissas que não sejam adequadas com um projeto de desenvolvimento regional capaz de atrair financiamentos colaborativos daqueles que já nos ajudam, já colaboram e podem colaborar ainda mais para que esses projetos de desenvolvimento sustentável se viabilizem na Amazônia”, explica.



“No caso da Amazônia, há esse contraste em que nós temos créditos inúmeros no que se refere à temática ambiental, mas que, por outro lado, temos dívidas imensas no que se referem aos aspectos sociais”

Flávio Dino (Consórcio da Amazônia Legal)



Ao entrar em mais detalhes relacionados ao funcionamento do Consórcio da Amazônia Legal, Dino destaca que o grupo está aberto ao diálogo com a União e demais esferas governamentais. “Nós temos um mecanismo financeiro próprio do consórcio, constituído legalmente para viabilizar, quem sabe, uma contribuição ainda maior, subnacional. Nós queremos sublinhar que num país continental e estruturado sob a forma federativa, só é possível ter eficácia e qualidade na ação pública mediante articulação com os governos regionais, locais, as esferas subnacionais”.

Nos dias 18 a 20 de outubro de 2021, será realizado o Fórum Mundial de Bioeconomia, na cidade de Belém (PA). Em relação ao evento, o governador foca na necessidade de se valorizar um encontro como esse, visto que traz visibilidade à Amazônia brasileira e potencializa debates necessários ao desenvolvimento regional.

“Também haverá o evento de Glaslow, a COP-26, que é importante para que nós possamos avançar em temas essenciais como REDD+, Pagamento por Serviços Ambientais [PSA], Pagamento por Serviços Ecossistêmicos [PSE], como o debate sobre créditos de carbono. Tudo isso deve vir vinculado a uma estratégia de desenvolvimento em que os governos subnacionais possam participar”.

Assim como os demais participantes do webinar, realizado no canal da FAS no YouTube, Flávio Dino encerra a sua fala saudando a Fundação Amazônia Sustentável, à Embaixada da França no Brasil e à USAID Brasil. “Agradeço a todos os organismos que historicamente têm nos ajudado a colaborar para que a redução de emissão de gases de efeito estufa seja o objetivo obstinadamente buscado, vinculado aos objetivos de elevação, de promoção dos direitos da população da Amazônia brasileira”.

ENCERRAMENTO

Como mediador do evento, o Superintendente Geral da FAS, Virgílio Viana, enfatizou o objetivo das discussões e agradeceu a participação da mesa e dos espectadores. “O propósito de organizar esse evento não foi só para ter um evento em si - acho que isso já teria valido pelas falas de todos, que foram brilhantes - mas para também tentar avançar em uma agenda comum. A partir da fala do governador, gostaria de convidar todos os parceiros internacionais que estão aqui representados pela França, Estados Unidos e GEF, para analisar de que maneira nós podemos fazer uma concertação para apoiar essa agenda dos governadores que, ao meu ver, é um mapa do caminho. Agradeço, mais uma vez, a todos”.



Foto: Bruno Kelly

A Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Criada em 2008, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) é uma organização não governamental e sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Reconhecida como uma entidade de assistência social, a FAS trabalha para garantir direitos de populações tradicionais por meio de projetos produtivos de base sustentável e de ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A Fundação foi criada a partir de uma parceria entre diversas instituições, entre elas a Petrobras. Vinculadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as ações abrangem as escalas global, amazônica e local, focando nos seguintes eixos: saúde, educação e cidadania, empoderamento comunitário, geração de renda, infraestrutura comunitária, conservação ambiental, gestão e transparência, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A missão da FAS é contribuir para a conservação ambiental da Amazônia, valorizando a floresta em pé e o bem-estar de comunidades ribeirinhas, com implementação e disseminação de conhecimentos que visem o desenvolvimento sustentável. A Fundação Amazônia Sustentável tem o objetivo de se transformar em uma referência mundial em soluções para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, por meio da valorização da floresta em pé, do empoderamento comunitário e da ampliação e fortalecimento de parcerias.

MISSÃO

Contribuir para a conservação ambiental da Amazônia através da valorização da floresta em pé e sua biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas associada à implementação e disseminação do conhecimento sobre desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser referência mundial em soluções para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, por meio da valorização da floresta em pé e sua biodiversidade, do empoderamento comunitário e da ampliação e do fortalecimento de parcerias.

Confira os programas da FAS:

Programa de Gestão e Transparéncia (PGT)	Por meio de mecanismos e instâncias de gestão, o PGT atua junto à comunidade interna, com planejamento e avaliação de resultados de programas e projetos.
Programa Floresta em Pé (PFP)	O PFP está focado em quatro ações estratégicas: geração de renda, empreendedorismo, infraestrutura e empoderamento comunitário.
Programa Saúde na Floresta (PSF)	Resultado de ações da Aliança Covid Amazonas, o PSF qualifica o acesso à saúde, com políticas públicas e capacitações de profissionais da área.
Programa de Educação para a Sustentabilidade (PES)	Resultado de ações da Aliança Covid Amazonas, o PSF qualifica o acesso à saúde, com políticas públicas e capacitações de profissionais da área.
Programa de Soluções Inovadoras (PSI)	Com base em tecnologias sociais e soluções para a sustentabilidade desenvolve-se o PSI, cujos trabalhos focam em parcerias técnicas em PD&I.



Contato:

Manaus / Amazonas
Rua Álvaro Braga, 351 Parque 10 I CEP 69054-595 I
(92) 4009-8900 / 0800 722-6459

fas@fas-amazonas.org | fas-amazonia.org

